

ALTERAÇÕES NOS PLANOS DE SAÚDE DA MEO TRAZEM DEGRADAÇÃO E PREJUÍZO PARA OS BENEFICIÁRIOS ACS

Foi com surpresa e indignação, que os Sindicatos assistiram no passado dia 5 de Novembro, a uma apresentação feita pela MEO ACS, na presença da Dr^a Madalena Albuquerque, justificando a tomada de várias decisões que maioritariamente, vão afetar de forma negativa, os beneficiários dos Planos.

A primeira alteração comunicada, foi o término do contrato com a Multicare e a passagem da gestão dos Planos para a Médis, em Janeiro de 2026.

No entanto a decisão mais grave e impactante para os beneficiários da ACS, foi a de terminar com a concessão automática de crédito, passando a implementar um “mecanismo de Adiantamentos”, que limita radicalmente o acesso ao crédito, a situações muito particulares.

Na prática, os trabalhadores deixam de contar com o apoio e flexibilidade financeira em caso de intervenção cirúrgica, em centros e unidades hospitalares privadas, penalizando especialmente aqueles com maiores necessidades médicas ou com menos capacidade financeira imediata.

Tal insensibilidade, e tal endurecimento das regras não é apenas injusto, é um claro sinal de que a MEO quer transferir para o trabalhador, o peso da crise **que anuncia, mas que os resultados da empresa contradizem**, e do aumento dos custos da saúde, esquecendo o seu compromisso de solidariedade e suporte, a sua responsabilidade social.

O pagamento a crédito nas intervenções cirúrgicas com internamento ou em ambulatório, foi um direito dos beneficiários conquistado e protegido pelos trabalhadores e seus representantes, ao longo destes últimos 18 anos.

Adicionalmente foi anunciada a passagem dos Planos de Saúde Corporativos para Seguros de Saúde Corporativos, sem que se vislumbre uma clara vantagem nessa mudança.

Aliás, com a pretensa intenção de “alinhar com o mercado” os novos Seguros de Saúde Corporativos, em alguns atos médicos existem aumentos significativos, na ordem dos 50%, 75%, havendo mesmos casos com 100% de aumento. Sendo estas alterações particularmente mais incidentes no Plano Corporativo Tipo II.

Este tipo de gestão e decisões na área da Saúde, acaba por enfraquecer a confiança, o nível de motivação, e o compromisso dos trabalhadores com a MEO, especialmente num momento em que o custo de vida continua alto, e em que não existiram aumentos salariais generalizados em 2025.

Para este conjunto de Sindicatos (SINTTAV, SINDETELCO, TENSIQ, SNTCT, STT, SICOMP FE/SERS e SINQUADROS), é notório que estas decisões foram tomadas puramente numa lógica economicista, sem, na verdade, ter em conta, a responsabilidade social interna.

Foi, entretanto, solicitada à MEO, por este conjunto de Sindicatos, uma Reunião sobre estas alterações, dado o impacto na vida dos beneficiários e suas famílias, mas é desde já claro para todos, que teremos de assumir uma posição de defesa e luta pelos direitos, e pela continuidade das coberturas dos Planos de Saúde da ACS.

Lisboa, 14 de Novembro 2025